



ENTREVISTAS

ENTREPRENEURSHIP
AND REGIONAL DEVELOPMENT

REDOBRA 16
Paola Berenstein Jacques
Silvana Olivieri
Thiago Mota Cardoso




Entendendo a urgência de mudarmos o modo como fazemos mundos e paisagens, quando está em jogo inclusive nossa possibilidade de sobrevivência enquanto espécie num planeta à beira da catástrofe climática-ecológica, gostaríamos de lhe convidar para pensar conosco esse tema, respondendo à pergunta: qual a sua escolha para reinventar a cidade?



ALEX SIMÕES

Poeta, performer

32

Esta cidade tinha tudo para não ser minha, mas é. Ela me assusta não pelo seu tamanho, senão pelo que nela não cabe mais. Já coube nela mais batuque de terreiro e não só dentro dos terreiros, quando era preceito das muitas casas sem preceito receber todo mundo para comer caruru tão logo os sete meninos esvaziassem a tigela da balbúrdia. Já coube nela rio que dava para nadar, coisa que, embora não tenha alcançado, me é trazida pela memória de criança com meus tios contando que era só descer a avenida Bahia, onde nasci e cresci, e seguir em direção à Gomeia de Joãozinho. O que alcancei foram os rios fedendo e sendo um por um cobertos pelo asfalto. Cresci num bairro que até meus sete anos fazia sentido ter a palavra “fazenda” no nome, por causa das árvores que davam frutos e que eu precisei aprender a subir para pegá-los. Tinha cobra e sariguê rondando as casas, virando de quando em vez comida de caça, e um ritmo que combinava com os mais velhos, que nela transitavam sem medo, porque eles cabiam nela. Não tenho saudade daquela cidade porque ela nunca foi minha. Ela foi também a cidade da colônia, onde os pretos tinham de saber o seu lugar, que geralmente era na rua e à noite. A cidade que reinvento, ela sim é minha. Seu ritmo é lento e os pretos têm casa para morar e andam nas ruas sem medo do capitão do mato, que hoje veste farda e é chamado de policial ou segurança. Ela reverbera memórias que não apenas as minhas ou as dos meus tios me contando o que não dava mais para nela fazer. Nela viveram Xica Manicongo sendo uma mulher preta trans denunciada pelo Santo Ofício e Luiz Gama quando era ainda uma criança liberta. Nela os mais velhos e todas as pessoas que precisam de mais tempo e mais espaço para se locomover têm lugar com rios cheios de vida. Salvador tem um caos muito particular e é o seu caos que nos une, e não há sentido em reinventar uma Salvador que não seja caótica. Venho tentando entender as pistas que esta cidade me dá com palavras e frases soltas e fragmentadas nas paredes, nas ruas. Quando estou a pé ou de bicicleta no miolo do centro de uma Salvador inexoravelmente colonial, sou apenas mais um que insiste em caber nesta cidade, que tinha tudo para não ser minha, mas é. 



“O passado é vingativo” já advertia Otávio Paz no clássico *O Labirinto da Solidão*.

Como pensar o futuro da cidade ou reinventá-la sem considerar o passado? O passado próximo, o distante, o ancestral e o imemorial?

No Brasil, o passado ancestral comum não se encontra na cidade, mas na floresta. As ruínas romanas, as pirâmides egípcias ou os templos gregos não constituem arquétipos de nosso inconsciente coletivo.


Compreender esse arquétipo de um ser-floresta em nós é apreender um todo coletivo maior, um sistema solidário que abarca o vegetal, o mineral e o animal, sem hierarquias. Antes de tudo há que se superar as certezas arraigadas do pensamento hegemônico Ocidental. Isso porque esse outro modo de construção do conhecimento, em cooperação e na solidariedade entre todos os seres, põe em suspensão o antropocentrismo e o pensamento cartesiano que separa corpo e mente, e nos coloca como observadores externos da Terra e distantes do solo em que pisamos. Essa outra forma de ver e viver implica uma participação ativa na criação necessária de outras paisagens (incluindo florestas), entendida como a expressão de valores, representações e modos de vida, pautada pelo sentido de justiça, sociabilidade e solidariedade entre todos os seres vivos.

Nessa opção existencial, o saber abstrato, instrumentalizado pelo tempo linear da produção, isto é, das contas e do lucro, deixa de ter preponderância. Esse tipo de saber sensível e intuitivo é resistente à uniformização da mídia, ao conformismo das modas, à manipulação da opinião pela publicidade, pesquisas de opinião e redes sociais.

Nessa ecologia da subjetividade deve-se buscar reinventar nossa relação com a terra, não só no sentido abstrato do planeta Terra, mas em sua concretude, no

solo, tão escondido pelas camadas de cimento e asfalto no chão das cidades. Como explicar a invisibilidade e degradação do solo no planeta inteiro, se dele também depende a vida na terra? Como compreender, historicamente, a falta de consciência e de cuidado, sabendo que 1/3 do solo do planeta está destruído?

Assim, a floresta tropical, reserva de biodiversidade que vem sendo destruída desde o início da colonização, é força motriz capaz de equilibrar o planeta, em suas urgências climáticas e pandêmicas, e também capaz de produzir subjetividades, estados de consciência e transcendência, em mundos expandidos invisíveis e inconscientes, ao articular todos os seres vivos; vegetais, animais, minerais, constelações e planetas, forças formativas, super e suprassensíveis, realidades sutis, não quantitativamente mensuráveis, espirituais e anímicas, impulsionadas pela ética do cuidado e pela força da resistência, necessariamente colaborativa e solidária.

O dilema que se coloca hoje é: como acessar e integrar essa floresta ancestral, impressa em nosso corpo, como traço inconsciente de memória biocultural que nos identifica coletivamente? Se a natureza nos fala por sinais, o que se busca é um olhar capaz de ver as correspondências entre as formas, para reaprender a ler os símbolos, os pontos densos onde se cruzam diversas linguagens, lugares e tempos. 

EDUARDO DAVID DE OLIVEIRA

*Escritor, filósofo,
professor da UFBA*



A ORLA E O OUTEIRO

35

Pedalava distraído pela orla de Salvador quando lembrei desses versos de Alberto Caeiro, e um sentimento de indignação invadiu-me o peito, pois, a pouco tempo, folheara um livro, aleatoriamente, quando deparei-me com expressões racistas de Fernando Pessoa. Fui sempre afeito a reinvenções, pois o exercício da imaginação antecede a política. Passei tempo a imaginar, por exemplo, os fanstérios de Charles Fourier e sua cidade utópica, bem como as sociedades sem Estado dos Guaranis de Pierre Clastres, ou as aldeias tradicionais de Kinshasa, no Congo, ou mesmo a Cidade de Pedra do Antigo Zimbábwe... De minha indignação nasceu o desejo de ressignificar o poeta português, um dos meus preferidos - mas agora maculado. Ainda distraído, mas imbuído da intenção de revitalizar o imaginário, imaginei o poeta, com seu chapéu característico e óculos redondos, montado numa bicicleta antiga, de grande roda dianteira, admirando a paisagem negra de Salvador: uma cidade construída sobre o sangue de pessoas escravizadas, abaixo da chibata dos portugueses, agora revisitada sob o prisma da beleza negra, que dá à capital soteropolitana seu brilho e poesia. Neste caso, a reinvenção é a do poeta, pois sobre a cidade paira mais o reconhecimento do que ela já é, e que, no entanto, foi encoberto por anos frios de racismo e exclusão. Pela poesia, fez-se, então, política.

*Da minha aldeia vejo quanto da terra se pode ver no Universo...
Por isso a minha aldeia é tão grande como outra terra qualquer
Porque eu sou do tamanho do que vejo
E não, do tamanho da minha altura...
Nas cidades a vida é mais pequena
Que aqui na minha casa no cimo deste outeiro.*

*Na cidade as grandes casas fecham a vista à chave,
Escondem o horizonte, empurram o nosso olhar para longe de todo o céu,
Tornam-nos pequenos porque nos tiram o que os nossos olhos nos podem dar,
E tornam-nos pobres porque a nossa única riqueza é ver.*

Alberto Caeiro, in "O Guardador de Rebanhos - Poema VII"

*era uma vontade de mar e sol
no fundo da boca
na superfície da pele*

*aros prateados
tatuagem e ferrugem
cicatriz e maresia*

*olhos vadiando no horizonte
tanto mar, tanto mar
atrás, os montes
era a pele azeviche
a beleza crua*

*x
a razão retilínea*

*a cidade
arde
curvilínea*

*olhos negros
miram a areia branca
um mar de passagem*

*era um sonho? realidade?
toda verdade, antes,
é produto da utopia!
Caeiro
recriado
pedala no passeio*

*da minha cidade minha
meu outeiro é orla
brisa, liberdade, rima...*

Eduardo Oliveira 

EDUARDO STERZI
*Poeta, crítico literário,
professor da UNICAMP*



Diante de objetos que são também acontecimentos, como a cidade, a própria noção de escolha encontra um limite. Afinal, talvez o que defina uma cidade seja justamente a sua recalitrância reiterada em se adequar a qualquer desejo localizado – individual ou de grupo – e sobretudo a qualquer projeto – mesmo os mais generosos. A cidade escapa a nossas decisões e frequentemente decepciona, porque se molda, antes de tudo, pelos fluxos que a vão desenhando e redesenhando continuamente, na maioria das vezes ao sabor das necessidades, que podem ser brutais, na medida em que exprimem esquemas sociais e econômicos perversos.

Em São Paulo, por exemplo, cidade em que moro há mais de vinte anos, por mais que gostemos de pensar que os novos parques (Minhocão, Augusta, Tietê, do Povo etc.) ou as ciclovias, ou ainda a Paulista aberta para pedestres aos domingos, ou o bilhete único de transporte (hoje reduzido a um simulacro do que já foi), sejam marcos de reinvenção da cidade, nenhuma dessas iniciativas se compara, em inventividade e em efeito contínuo sobre a vida dos habitantes, à região sempre móvel que chamamos de “Cracolândia” – que é uma região e é também um povo – ou ainda aos corredores muito concretos, ainda que a rigor virtuais, que os milhares de motoboys criam diariamente nas principais avenidas da cidade ao transitar entre os corredores delimitados para todos os veículos automotores, aos quais, porém, eles não podem se restringir, pois trânsito aqui é eufemismo (o congestionamento é a regra) e tempo, como se sabe, é dinheiro.

Penso, portanto, que, quando falamos em reinvenções da cidade, precisamos antes de tudo recordar e levar a sério a ambivalência da palavra invenção – e também a redundância que, em alguma medida, o prefixo re-introduz neste conceito. Afinal, etimologicamente, inventar é encontrar; e este sentido vive, numa espécie de concorrência subterrânea, por baixo do sentido hoje mais corrente, que é o de produzir algo novo. Podemos dizer, pois, que reinventar significa produzir alguma novidade a partir do que já está dado, mas também, tantas vezes, reencontrar algo preexistente como se fosse novidade. E a cidade, assim como a linguagem, está sempre dada de antemão quando a ela chegamos, como indivíduos ou como comunidades; inventar uma cidade do zero, como se fez em Brasília ou em outros lugares, é algo da ordem do delírio, tanto quanto as línguas artificiais – o esperanto ou o volapuque. Inventar-se, aí, antes de tudo esse zero do qual se parte – que, de zero, a rigor, não tem nada: o que há, desde sempre, é já uma grande quantidade de coisas, pulsantes de vida mesmo quando supostamente inanimadas, contra as quais inventamos.

Daí que o grande desafio, quando se torna urgente reinventar a cidade, talvez seja se manter longe de novas versões desta violência originária que as cidades artificiais deixam explícita. As reinvenções da cidade são, sim, sempre arqueológicas – mas seus achados, por mais ruinosos que pareçam, são partes de uma coisa viva. Reinventar a cidade é, portanto, antes de tudo, reencontrar as invenções da cidade, os modos como ela foi e é construída, talvez sobretudo para identificar os desvios do impulso que lhe deu origem (que pode ser um projeto ou uma contingência), não, porém, para corrigir esses desvios, de forma no fundo moralista, mas para interpretar e compreender as razões desses desvios. Esses desvios, afinal, tanto quanto os atalhos, são a própria forma da cidade, muito mais do que seus traçados oficiais, suas ruas e suas avenidas. Numa cidade, como sabe qualquer pedestre inveterado, seja este um *flâneur* ou um cracudo, as linhas que o desejo e a necessidade vão traçando são muito mais importantes do que as rotas previstas ou previsíveis. Se isso vale no espaço, talvez valha ainda mais no tempo (e a história talvez seja apenas outro nome para a geografia). ↻



Eu dificilmente faria uma proposta (ou diagnóstico) melhor que a de Mike Davis neste artigo¹:

39

*QUEM CONSTRUIRÁ A ARCA?*²

Mike Davis


A crítica ecológica utópica da cidade moderna foi renunciada pelos socialistas e anarquistas, começando pelo sonho do Socialismo de Guildas - influenciado pelas ideias bio-regionalistas de Kropotkin, e, mais tarde, de Geddes - de cidades-jardim para trabalhadores ingleses, e terminando com o bombardeio do Karl Marx-Hof, a grande experiência de vida comunitária da Viena Vermelha, durante a Guerra Civil Austríaca em 1934. Entre estes estão a invenção do kibbutz pelos socialistas russos e poloneses, os projetos de habitação social modernistas da Bauhaus, e o extraordinário debate sobre urbanismo conduzido na União Soviética durante a década de 1920. Esta imaginação urbana radical foi vítima das tragédias das décadas de 1930 e 1940. O stalinismo, por um lado, desviou-se para um monumentalismo na arquitetura e na arte, desumano em escala e textura, pouco diferente das hipérboles wagnerianas de Albert Speer no Terceiro Reich. A social-democracia do pós-guerra, por outro lado, abandonou o urbanismo alternativo em favor de uma política keynesiana de habitação em massa - a qual enfatizava as economias de escala em edifícios de grande dimensão e em zonas suburbanas baratas - desmantelando, dessa forma, as identidades urbanas tradicionais da classe trabalhadora.

(...)

Enfrentar o desafio do design urbano sustentável para todo o planeta e não apenas para alguns países ou grupos sociais privilegiados demanda uma imaginação vasta, tais como as artes e ciências desenvolvidas na Bauhaus e nos Dias de Maio de Vkhutemas. Esse desafio pressupõe uma vontade radical de pensar para além do horizonte do capitalismo neoliberal, rumo a uma revolução global que reintegre o trabalho das classes trabalhadoras informais, bem como dos pobres rurais, na reconstrução sustentável dos seus meios de subsistência e dos seus ambientes construídos. Claro que este é um cenário totalmente irrealista, mas ou se embarca numa viagem de esperança, acreditando que a colaboração entre arquitetos, engenheiros, ecologistas e ativistas pode desempenhar papéis pequenos mas essenciais, para tornar mais possível um alter-monde, ou se submete a um futuro em que os designers são apenas os imaginadores oportunistas das existências alternativas das elites. As “zonas verdes” planetárias podem oferecer oportunidades faraônicas para a monumentalização de visões individuais, mas as questões morais de arquitetura e planejamento só podem ser resolvidas nas favelas e na dispersão das “zonas vermelhas”.

40

Nesta perspectiva, somente um retorno ao pensamento explicitamente utópico pode esclarecer as condições mínimas para a preservação da solidariedade humana diante de crises planetárias convergentes. Creio entender o que os arquitetos marxistas italianos Tafuri e Dal Co quiseram dizer quando advertiram contra “uma regressão à utopia”; mas para erguer nossa imaginação à altura do desafio do Antropoceno, devemos ser capazes de imaginar configurações alternativas de agentes, práticas e relações sociais, e isto exige, por sua vez, que suspendamos as suposições político-econômicas que nos acorrentam ao presente. Mas o utopismo não é necessariamente milenarismo, nem está confinado apenas a ser proclamado de um pedestal ou púlpito. Um dos desenvolvimentos mais encorajadores nesse espaço intelectual emergente, onde pesquisadores e ativistas discutem os impactos do aquecimento global no ambiente, tem sido uma nova vontade de defender o Necessário e não o meramente Prático. Um coro crescente de vozes especializadas adverte que ou lutamos por soluções “impossíveis” para as crises cada vez mais enredadas da pobreza urbana e da mudança climática, ou nos tornamos cúmplices de uma verdadeira triagem da humanidade.

Ao que eu acrescentaria uma condição preliminar para qualquer reinvenção da cidade, em particular no contexto brasileiro: (1) reforma agrária radical; (2) fim da matriz tecno-econômica da monocultura de *commodities*. Para reinventar a cidade é preciso reinventar o que está para além dos limites da (nova) cidade. Não sei, porém, até que ponto as condições mencionadas são consistentes com a proposta de Davis, visto que ele não chega a elaborar a relação entre sua cidade-como-solução para o Antropoceno e a dominação mundial do agronegócio no Plantationceno. 

JOÃO PAULO BARRETO TUKANO
*Ativista indígena, antropólogo,
professor da UFAM*



É preciso olhar a “natureza” como extensão das pessoas, ou, as pessoas encararem como extensão da “natureza”. Sem esse olhar, a vaidade humana sempre se sobreporá sob a ilusão de que somente os humanos são agentes de transformação, ou seja, destruir a “natureza” que são casas de *waimahsã* e de agencialidade própria, para substituir por casas de cimento, encarando a “natureza” como passivo. Isso passa em primeiro lugar na reeducação da sociedade, educar as pessoas para o convívio com as diferenças e as diferentes formas de vida. E as instituições de ensino, seja de engenharia, de arquitetura, recuperar o sentimento de pertencimento das pessoas com a “natureza”. Fazer ciência com o coração, e não somente pela razão. ┘



KARINA BUHR
*Cantora, compositora,
poeta, escritora*

42

Presença. A cidade precisa da convivência em todos os espaços, precisa do teatro e da música na rua, da poesia, do artesanato, da alegria e da lata de lixo. Está tudo endurecido, quanto mais dinheiro mais fora da movimentação urbana, mais estigmas, mais falta de olhares, e a cidade definha, abandonada e apenas absorvendo, não acolhendo quem não está atrás dos muros altos. Quem está atrás também não participa, só usufrui.

A cidade está ansiosa, tem crise de pânico, não respira, não mistura. O pensamento em cada um como essencial pro funcionamento saudável do lugar em que se vive, como árvore, pessoa, ritmo, rima, com a mesma importância. O carnaval de rua traz sua solução de volta em quatro dias. O contato de todos com a arte que todos produzem, que furam membranas, sem apagar conflitos, exaltando os conflitos necessários para mudanças conscientes.

Ocupar os espaços, públicos e também privados, se espalhar, fomentar pra que outros se espalhem por conta própria, criar, agir, continuar, fluir. Comida, internet, acesso à saúde, tudo derrubado. Como pau da mata, a mesma importância, o mesmo corte pro chão e ainda há os de pé. Dá muito trabalho, é quase impossível, mas se pode fazer no miúdo enquanto se cobra dos graúdos, cada qual e suas forças, apesar de toda desesperança e luto. >



Para reinventar a cidade, eu focaria na porosidade, na respiração no ritmo e na permeabilidade, na mão, nos pés e no pulmão e coração. Respirar e andar como motor de vida possível, da vida melhor. Mãos, coração e pés “na frente”; costas “na frente”. Deslocar os eixos. Rastejar. As alturas tem que ser extra cotidianas, cotidianizar o chão que pisamos, entender os pulmões do todo. Parece abstrato, politicamente inviável. Que isso seja inviável é o asfixiante.

Parecem conceitos, mas são existências. Reinventar a cidade é reinventar formas de existir. Baixar o nível, tocar. Ver. Atender. Cuidar. Implantar pulmões. Descalçar. Olhando para o chão e sua impermeabilidade assassina, assim como as fissuras fazem. Os buracos de reformas poderiam nos levar a desfazer as estruturas. Olhar para o chão deixa ver as existências humanas descuidadas, os pisos hostis. Permear pode ajudar a abraçar e a não aceitar os limites densos das desigualdades e colonialidades. Questionar as peles que nos separam.


Um filho meu, falando da “sujeira” da terra no seu corpo, perguntou: “por que a terra não fica suja?”. Achei que ele entendeu que terra não é sujeira.



LUIZA DIAS FLORES
*Antropóloga,
professora da UFAM*

Penso que todo processo inventivo deve partir de certas condições materiais-semióticas. E talvez esse seja o primeiro ponto que demanda uma escolha para responder a questão. Afinal, qual cidade? Escolho partir de Manaus, a cidade que por distintos motivos tenho feito casa nos últimos anos. Falo como antropóloga e como moradora de uma cidade amazônica, por si só um ponto de inflexão às reflexões majoritárias da antropologia urbana. Inflexão que parece oriunda de uma dificuldade em atentar ao urbano desde a Amazônia, cujo modelo (colonial, sem dúvida, da Cidade com C maiúsculo, do ideal moderno) parece não “encaixar” no que aqui se situa. Lida a partir da falta (aquilo que ela não é, os serviços que ela não tem, a sua precarização enquanto Cidade); e do exotismo (aquilo que ela deveria ser ao olhar colonial, marcado pela transitoriedade que a faz por vezes invisível: Manaus figura como uma cidade-passageira para turistas, pesquisadores, viajantes deslumbrados com o interior da floresta amazônica e suas populações nativas humanas e não-humanas, em busca de uma Amazônia que habita o limiar do paraíso idílico da Natureza preservada; do desejo exploratório, da Natureza domesticada aos interesses do Capital; e do inferno incivilizado da Natureza indomável e perigosa. A dualidade entre Cidade/Cultura – Floresta/Natureza, uma dessas complicações do pensamento ocidental que as cidades amazônicas, do meu ponto de vista, resistem em se adequar.

Enquanto antropóloga, *sentirpensar* o que é a cidade desde o contexto amazônico é uma importante escolha nesse processo inventivo. Mas, afinal, de quais agenciamentos partir? E a antropologia, sem dúvida, pode ajudar a formular essa questão e derivar suas consequências no exercício de pensar com aquelas e aqueles que fazem a cidade, diretamente envolvidas/os e interessadas/os na sua criação. No meu caso, além de moradora, envolve uma aproximação com os terreiros que compõem a cidade de Manaus. Territórios comunitários negros e afroindígenas de culto à deidades, encantados e espíritos, em que as dimensões minoritárias da sociedade brasileira são experimentadas, na presença de mandros, bruxas, prostitutas, transgêneros, indígenas, velhos escravos, animais encantados e divindades não-brancas, entidades veneradas e que nos ensinam sobre resistência às violências coloniais, embaralhando as temporalidades lineares e os espaços individualizados da modernidade, incluso a Cidade.

O que tem me interessado são as relações que os terreiros, majoritariamente situados em bairros periféricos, estabelecem com as matas (as Áreas de Proteção Ambiental, os corredores ecológicos e as áreas verdes, como os inúmeros igarapés), incluso as complexas relações constituintes desses lugares nas ruínas do capitalismo (poluentes variados também fazem parte dessas composições). As matas são lugares de contínuas negociações, por vezes conflituosas, com seres que ali habitam e que também participam da cidade de Manaus. Através dos circuitos que criam, dos envolvimento (entre humanos e mais-que-humanos), dos enfrentamentos (contra as investidas do racismo religioso e racismo ambiental) e das práticas de cuidado, tecnologias ancestrais africanas e afroindígenas continuamente reativadas, é preciso desenvolver a atenção e aprender com as forças e seres ignorados e exortados pela modernidade, mas reconhecidos pelas comunidades de terreiro, que insistem em habitar e a fazer a cidade. Certamente outros caminhos inventivos já estão em curso e, como ensinam as lideranças de terreiro ao sujeito que inicia uma relação com as deidades e entidades, “é preciso aprender a sentir”. Escolher aceitar essa premissa talvez seja um começo possível. 



SUELY ROLNIK
*Filósofa, psicanalista,
crítica de arte,
professora da PUC SP*

DESCOLONIZAR O INCONSCIENTE, EIS A QUESTÃO

Reinventar a cidade insere-se no movimento mais amplo de reinvenção da vida em todas suas manifestações, tarefa que se impõe a nós no presente com uma urgência incontornável. Em meu modo de ver as coisas, tal tarefa implica, necessariamente, um trabalho de descolonização do inconsciente. Mas por quê?

Um sistema político-sociocultural, seja ele qual for, não é uma abstração, mas se encarna em determinados modos de existência que resultam do regime de inconsciente que lhe é próprio. Tal regime é responsável pela produção de um certo tipo de subjetividade e de sua relação com o outro, assim como o tipo de sociedade que se tece nesta trama – o que dá ao referido sistema sua consistência existencial, sem a qual não se sustentaria. É nesta esfera que um sistema se produz e se reproduz e é, também nela, que ele se transforma. Do embate entre as forças que levam à sua reprodução ou transfiguração, em diferentes graus, resultam as formas da realidade e seu respectivo desenho cultural, razão pela qual podemos chamar esta esfera de (micro)política.

O modo de subjetivação dominante produzido por esta fábrica de mundos, sob o regime de inconsciente próprio ao sistema colonial-racial-patriarcal-capitalista, é a neurose estrutural. O espírito³ separa-se dos efeitos, em nosso corpo, das forças dos componentes do ecossistema ambiental, social e mental do qual somos parte; efeitos que nos fecundam, gerando embriões de futuro. Tal separação nos

dissocia de nossa condição de viventes, na qual nos constituímos como transpessoais (frutos dos efeitos variáveis de tais forças), e nos reduz à nossa condição sociocultural, definida segundo a cartografia vigente, na qual nos constituímos como pessoas (nossos personagens nesta cartografia). Nos convertemos, assim, em cápsulas narcísicas, blindadas ao outro, projetando ideias inadequadas sobre aquilo que nos acontece, geradas pelo espírito em seu exercício reativo, decorrente da obstrução de seu acesso aos referidos embriões, que conduzem o desejo a responder reativamente à sua presença. Tais respostas interrompem a germinação destes futuros larvares, o que, em seu limite extremo, é gerador da peste fascista que hoje se propaga pelo planeta, especialmente no Brasil.

Sabemos da violência intrínseca ao capitalismo na esfera macropolítica: a precarização da vida da maior parte dos humanos e sua exploração, assim como a exploração de todos os demais componentes do ecossistema ambiental, base da acumulação de capital. O que nos é menos evidente (exatamente por estarmos dissociados de nossa constituição transpessoal) é sua violência na esfera micropolítica: o abuso da vida em sua potência ativa: potência pulsional de criação e transfiguração das formas de existência, sempre que necessário para que a vida retome o ritmo em seu fluxo, quando este se vê interrompido, cumprindo assim seu destino ético que consiste em perseverar. Vejamos como se produz este abuso na fábrica de mundo sob a gestão deste regime de inconsciente.

47

Separado dos efeitos do ambiente em nosso estado vital, o espírito passa a não ter como avaliar os futuros em gestação de que tais efeitos são portadores, de modo a compor ideias adequadas que orientem o desejo em suas ações para que tais futuros venham à existência. Colocado neste cativeiro, o espírito só pode avaliar aquilo que nos acontece projetando representações da cartografia sociocultural, do sistema em curso, segundo a qual se dá a gestão desta fábrica de mundos – no caso, a cartografia do modo de existência antro-po-falo-ego-logocêntrico. Um modo de existência indissociável da ideia inadequada de que este seria o ápice de um suposto processo de desenvolvimento humano (chamado de civilizatório), o que implica uma outra ideia, igualmente inadequada de que a criação de formas da vida humana seguiria uma linha progressiva supostamente universal. Orientado por estas ideias inadequadas, o exercício do espírito passa a ser restivo.

O princípio organizador desta ideia inadequada é a noção de raça aplicada à espécie humana (noção que se refere não só à cor de pele como marcador de diferença, mas também ao gênero e à classe, entre outros). Tal noção é uma invenção deste sistema em sua fundação, no final do século 15, junto com seu empreendimento colonial e escravocrata, com o qual tem início a acumulação de capital, base deste sistema, hoje globalitário. A falácia desta noção estabelece uma hierarquia imaginária que sustenta a referida ideia inadequada de que o modo de existência dos

homens brancos das elites europeias colonizadoras estaria no topo do suposto desenvolvimento da espécie humana, em relação ao qual se mediria o valor de todos os demais, de acordo com seu maior ou menor grau de aproximação deste modelo.

São estas operações micropolíticas que criam as condições para a cafetinagem da vida, não só a vida dos humanos supostamente inferiores, mas a de todos os componentes da biosfera. O desejo passa a agir desviando de seu destino ético a potência de criação de formas de existir, para levá-la a produzir formas que viabilizem a acumulação de capital, não só econômico e político, mas também narcísico. Sendo assim, sua violência na esfera micropolítica sustenta e legitima sua violência na esfera macropolítica.

Se nos restringimos a combater este sistema na esfera macropolítica, permanecemos micropoliticamente sob o domínio deste regime de inconsciente, mantendo assim as bases para a perpetuação da cartografia social que ele produz na esfera macropolítica, mudando apenas suas roupagens. Resistir na esfera micropolítica implica em ocupar a fábrica de mundos, para tomar seu comando e orientá-lo a partir da perspectiva da descolonização do inconsciente, no lugar da perspectiva de sua colonização, eixo de sua gestão em curso.

48

É isso o que vem sendo empreendido pelos ativistas dos movimentos negros, indígenas, feministas, LGBTQIA+ e ambientalistas, os quais têm logrado impor-se cada vez mais na cena pública⁴. Em alguns países da América Latina, tais movimentos têm gerado efeitos de contágio cada vez mais potentes, a ponto de provocar a irrupção de levantes em parte significativa das respectivas sociedades.

Nesses levantes, experimentam-se outros modos de existência, autogeridos e autônomos em relação ao Estado democrático de direito. A inspiração destes deslocamentos vem da ativação, no presente, de perspectivas micropolíticas de relação com a vida próprias das ancestralidades afro-diaspóricas e indígena⁵, próprias também da ancestralidade das mulheres, antes deste seu exercício micropolítico ativo de relação com a vida ter sido cancelado sob o estigma de “bruxaria”. Em tais experimentações sociais se esboça uma imagem de futuro de outras formas possíveis de governabilidade em que, orientando-se segundo estas perspectivas, a sociedade definiria suas prioridades, das quais os dirigentes por elas designados seriam os mandatários.

É em sintonia com estes movimentos que proponho a seguir dez sugestões para este tão esperado protesto dos inconscientes. Tais sugestões, obviamente, têm o limite daquilo que pode meu corpo nesta construção coletiva.

DEZ SUGESTÕES PARA OS INCONSCIENTES QUE PROTESTAM ⁶

1. Desanestesiarmos nossa vulnerabilidade às forças que compõem o ecossistema ambiental, social e mental: a experiência dos efeitos, em nosso corpo, das forças que emanam dos demais elementos que compõem o corpo vivo da biosfera e com os quais interagimos, quer o saibamos ou não. Tal vulnerabilidade é a potência de nossa experiência transpessoal (própria de nossa condição de viventes). Embora distinta de nossa experiência como pessoas (própria de nossa condição sociocultural), elas são indissociáveis e se interferem mutuamente, o que define o movimento pulsional e impulsiona os processos de subjetivação.

2. Desobstruir cada vez mais, e com maior empenho, nosso acesso à tensão que resulta da interferência mútua entre estas duas experiências, motor dos devires individuais e coletivos: tal tensão produz, inevitavelmente, um estado estranho e familiar, ao mesmo tempo; estado que nos desestabiliza, gerando um mal-estar.

3. Ativar e desenvolver o saber eco-etológico (ou saber pulsional) ao longo de toda nossa existência: um saber próprio do espírito em seu exercício ativo, por meio do qual ele sabe que a causa de nossa desestabilização são tais embriões de futuro que se aninham em nossos corpos (frutos de nossa fecundação pelas forças com as quais interagimos no ecossistema). Ele sabe que esses embriões tensionam o mundo em que nos reconhecemos e nos desterritorializa, e que essa é a causa de nossa fragilidade. O espírito se vê, então, forçado a avaliar os futuros que tais embriões anunciam e a criar uma ideia a partir desta avaliação, para responder às demandas que a vida nos impõe como exigência para que estes futuros em gestação venham à existência.

4. Não denegar a fragilidade resultante desta desterritorialização, nem interpretar o estado instável e o mal-estar que essa nos produz como “coisa ruim”; tampouco projetar sobre eles leituras fantasmáticas, produzidas por nossa subjetividade reduzida à sua experiência como pessoa. São ejaculações precoces do ego, por sentir-se ameaçado de desamparo e falência e as consequências imaginárias desta ameaça: repúdio, rejeição, exclusão social, humilhação e, no pior dos casos, a loucura. As leituras fantasmáticas são ideias inadequadas, produzidas pelo espírito em seu exercício reativo, acerca da causa deste estado instável e seu desconforto, e que nos faz interpretá-lo como decorrente de um suposto erro (nosso ou de outros), que vem sempre acompanhado dos sentimentos tóxicos de culpa ou de ressentimento.

5. Não ceder à vontade de conservação das formas de existência e à pressão que esta exerce contra a vontade de potência da vida em seu impulso para produzir diferença, toda vez que se vê sufocada nas formas do presente. Ao con-

trário, buscar sustentar-se na corda bamba desse estado instável até que a imaginação criadora construa um corpo-expressão que, por ser portador da pulsação dos embriões de futuro, atualize o mundo virtual que tais futuros em gestação anunciam, permitindo assim que as formas agonizantes acabem de morrer.

6. Não atropelar o tempo próprio da imaginação criadora, evitando assim o risco de interromper a germinação de um mundo. Tal atropelo torna a imaginação vulnerável a deixar-se expropriar pelo regime colonial-racial-patriarcal-capitalista, que instrumentaliza a vida e a desvia de seu destino ético. É nesse desvio que a imaginação é capturada, submetendo-se ao imaginário que tal regime nos impõe sedutoramente, o que a torna estéril. No lugar do exercício da criação do novo (para dar corpo àquilo que a vida nos demanda), a imaginação passa, então, a reduzir-se ao mero exercício de sua capacidade criativa, dissociada da vida e cafetinada para produzir novidades (que multipliquem as oportunidades de investimento e estimulem a voracidade de consumo). É com base na produção desta monocultura dos territórios subjetivos, sociais e mentais que se opera a acumulação de capital econômico, político e narcísico.

7. Não abrir mão do desejo em seu exercício ativo, sua ética de afirmação da vida. Isso implica em manter a vida fecunda, o mais possível, buscando alinhar-se a seu processo ilimitado de diferenciação de formas de existência e seus respectivos valores.

8. Não negociar o inegociável: tudo aquilo que obstaculiza a afirmação da vida, em sua essência de potência criadora. Aprender a distingui-lo do negociável: tudo aquilo que se poderia aceitar e remanejar porque não debilita a potência pulsional instituinte; ao contrário, é o que gera as condições objetivas para que emergja um acontecimento, cumprindo-se assim o destino ético desta potência.

9. Praticar o pensamento em sua plena função: indissociavelmente ética, estética, política, crítica e clínica. Isto é, reimaginar o mundo em cada gesto, em cada palavra, em cada modo de existir e de se relacionar com o outro (humano e não humano), toda vez que a vida assim o exigir. Em suma, libertar o espírito de seu cativeiro colonial-racial-patriarcal-capitalista, de modo a devolver-lhe a potência de seu exercício ativo.

10. Não esquecer que substituir a monocultura dos territórios subjetivos, sociais e mentais (produzida pelo espírito em cativeiro) pelo reflorestamento destes territórios é um trabalho coletivo que não tem fim. Um trabalho que depende da disposição para exercê-lo por parte de muitos, numa orques-

tração comum que resulta das composições entre o que pode cada corpo, com seus dons e linguagens singulares. Não esquecer que este trabalho sempre se confrontará com forças reativas, submetidas ao feitiço que as leva a desejar a monocultura subjetiva, social e mental – ou seja, a desejar a morte. **U**

NOTAS

¹ Eduardo Viveiros de Castro compartilha o link do texto “Who will build the ark?”, de Mike Davis, publicado na revista *New Left Review* em 2010. Nesta edição da Redobra, traduzimos e publicamos trechos do artigo de Davis citado por Viveiros de Castro, com o título “Quem construirá a arca?”.

² DAVIS, Mike. *Who will build the ark?*. *New Left Review*, v. 61, p. 29-26, 2010. Disponível em: <<https://irows.ucr.edu/cd/courses/10/reader/New%20Left%20Review%20-%20Mike%20Davis%20%20Who%20Will%20Build%20the%20Ark.htm>>. Acesso em 10/09/2022. Os fragmentos textuais aqui reproduzidos foram traduzidos por Ana Luiza Silva Freire.

³ Faço uso, aqui, da noção de “espírito”, propositalmente, na intenção de associá-la a seu exercício ativo, o diferenciando de seu exercício reativo, dominante na tradição do pensamento moderno ocidental (e, portanto, em nós mesmos), reatividade que descrevo a seguir no corpo do texto. Tal intenção se insere em certa vertente da filosofia ocidental que se desvia desta tradição. Escolho esta vertente como ancestrais, cuja herança atualizo na criação de estratégias para o trabalho de descolonização do inconsciente de seu regime racial-patriarcal-capitalista e, portanto, do modo de produção do pensamento sob este regime.

⁴ Evidentemente, tais movimentos não começaram hoje. Os movimentos dos indígenas e dos afrodescendentes vêm de longa data: inúmeras experiências coletivas, nesta mesma direção, atravessam os cinco séculos que nos separam da fundação colonial, genocida e escravocrata dos países neste continente. E se, hoje, tais movimentos se intensificam e se expandem é porque, na última década, eles têm logrado impor-se com mais força, na contracorrente de seus reiterados silenciamento e invisibilização, quando não de sua destruição física, promovidos pelos procedimentos perversos do sistema dominante nestes contextos, que nunca deixaram de existir. Também o movimento feminista vem de longa data: seu início, no continente, se dá no século 19, com a luta pela educação feminina, direito ao voto e abolição dos escravos. Uma segunda onda de tal movimento eclodiu nos anos 1960/70, quando a ideia de gênero se separa de sua suposta base do sexo biológica e passa a ser considerada como multiplicidade variada e variável. Uma terceira onda eclodiu nos anos 1990, quando se destituiu a ideia do binarismo também com relação ao sexo biológico, que até então ainda era considerado binário. Sua quarta onda começou há uma década, ganhando uma velocidade de propagação que dá ao feminismo um protagonismo que

jamais havia conquistado. Cabe assinalar que, antes das mulheres terem se unido em um movimento batizado de “feminismo”, elas eram as que mais mantinham ativa a resistência na esfera micropolítica; no entanto, suas vozes tendiam a ser menosprezadas e canceladas pelo machismo imperante no sistema patriarcal, especialmente poderoso no continente e mais poderoso ainda no Brasil. E quanto ao atual movimento LGBTQIA+, este tem seus antecedentes nos anos 1970, quando começou mais discretamente; na década seguinte, o movimento ganha força em resposta ao surgimento da AIDS, tornando-se mais visível nos anos 1990, uma visibilidade incomparável com a potência de propagação que vem adquirindo nos últimos dez anos.

⁵ São exemplos desta experimentação coletiva: o movimento Zapatistas no México (que teve início há quase três décadas e persiste ainda hoje) e, mais recentemente, os levantes das sociedades chilena (2019-2020) e colombiana (2021-2022), que sustentaram a vitória de Gabriel Boric Font à presidência do Chile e de Gustavo Petro e Francia Márquez, à presidência e à vice-presidência da Colômbia, respectivamente.

⁶ As dez sugestões, aqui propostas, são um mix de duas versões anteriores, publicadas em meus livros mais recentes: *Esferas da Insurreição. Notas para uma vida não cafetinada* (São Paulo: N-1, 2018; uma terceira edição revisada está prevista, pela mesma editora, para outubro de 2022) e *As aranhas, os Guarani e alguns europeus. Outras notas para uma vida não cafetinada* (São Paulo: N-1, 2022; no prelo).

PARA CITAR:
JACQUES, P.B.; OLIVIERI, S.; CARDOSO, T.M.
Redobra 16 (entrevista), **Redobra**, n. 16, ano 7,
p. 31-53, 2022.